

Cidades desaparecidas: Poiares, século 18¹



Patrícia Melo Sampaio²

Resumo

O artigo recupera a trajetória histórica de uma povoação colonial da Capitania do Rio Negro – Poiares –, com a finalidade de estabelecer indicadores que permitam a compreensão do processo de “aparecimento” e “desaparecimento” de povoações que existiram nos sertões do rio Negro. A idéia fundamental é a de que as povoações, criadas à sombra da estruturas administrativas da Capitania de São José do Rio Negro (1750-1755), eram núcleos marcados pela *artificialidade* e pela *transitoriedade* porque eram imposições que se contrapunham às estruturas locais preexistentes e também porque eram profundamente dependentes dos estímulos oriundos da estrutura estatal. Desta maneira, na medida em que cessavam os estímulos provenientes do Estado e, sobretudo, quando recrudesciam as reações das populações locais ali estabelecidas, as povoações tendiam ao arruinamento e ao desaparecimento.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário *(Pre)Visões da Amazônia: – Redivisão Territorial do Amazonas*, promovido pela FUNDAJ/IESAM, realizado em Manaus (maio/2001).

² Doutora em História Social, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Palavras-chave

Cidades; políticas oficiais; história colonial; Amazônia.

Abstract

This article looks at the historical trajectory of a colonial settlement – Poiares – in the Rio Negro Captaincy, the intent being to establish indicators that permit a better understanding of the process involved in the ‘establishment’ and the ‘disappearance’ of settlements in the hinterland of the rio Negro. The main idea is that the settlements, created under the influence of the administrative structure of the São José do Rio Negro Captaincy (1750-1755), were characterized by artificialness and transitoriness because they were impositions that opposed the local pre-existing structures, and also because they were very much dependent upon incentives from the state. Thus, as the incentives from the state diminished, and above all when there was a renewal of reactions from the local populations already established there, the settlements tended to collapse and disappearance

Keywords

Cities; officers politics; colonial history; Amazon region.

O interesse por Poiares nasceu de uma curiosidade provocada por uma intrigante fala do governador e capitão-general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). Em uma correspondência enviada a seu irmão, Sebastião de Carvalho e Mello, dizia que a população aldeada em Santo Ângelo do Cumarú – origem do lugar de Poiares – deveria toda ela ser reputada como *cabeça de mocambo* (MENDONÇA, 1963, p. 845-6).

A declaração relativa a Cumarú estava inserida em um contexto mais amplo. Na verdade, Furtado tentava inteirar-se da complexa política indígena do rio Negro, não só mapeando as alianças existentes entre as lideranças indígenas, mas também as combinando com as notícias relativas ao comportamento rebelde da população da

Capitania. Santo Ângelo de Cumaru parecia ser um paradigma exemplar; ali, além dos aldeados serem *cabeças de mocambo*, ainda demonstravam possuir articulações com lideranças não aldeadas que, de seus respectivos territórios, promoviam ataques aos rarefeitos núcleos coloniais e *aliciavam* os índios aldeados para que deixassem os estabelecimentos.

Na tentativa de entender a maneira pela qual Cumaru conseguiu sintetizar tão bem as contradições da colônia, materializando a impotência e os temores do administrador colonial, passamos a recuperar algumas informações sobre seu processo de “aparecimento”. Com alguma surpresa descobrimos que, no curso do Setecentos, a aldeia “amocambada” se transformara em uma das mais prósperas povoações da Capitania. Entretanto, a despeito de sua relativa proeminência econômica, desapareceu, progressivamente, a partir das últimas décadas do século 18, para não mais ser mencionada nos registros do século 19, senão como mais uma das muitas povoações desaparecidas do rio Negro. O que poderia ter acontecido?

Porém, surpresa maior ainda estava por vir: Poiares, que todos consideravam desaparecida, havia renascido em outras paragens com o nome de *Tauapessassu*³, 300 km rio abaixo de onde estava localizada originalmente (PRAT, 1941, p. 43). Aí, as trajetórias das ruínas amazônicas vão convergir de forma impressionante porque Tauapessassu protagoniza, junto com Velho Airão, uma outra história de arruinamento na medida em que é o destino da população que abandonou Airão já em pleno século 20. Mas essa última parte da história das ruínas já está muito bem contada no belo trabalho de Victor Leonardi (1999) e, assim, restava-nos refazer os caminhos que levaram Santo Ângelo a Poiares tentando recuperar sua trajetória surpreendentemente silenciosa.

Construindo um aldeamento: tensões e deserções

A experiência missionária dos carmelitas na região do rio Negro iniciou-se a partir do final do século 17 e se consolidaria nas primeiras décadas do 18. Porém,

³ De acordo com E. Stradelli (1929), em *nheengatu*, Tauapessassu significa *taba nova; povoação fundada de fresco*.

os aldeamentos formados constituíam-se em realidades problemáticas porque esses missionários pouca experiência tinham no trato das missões, se comparados aos jesuítas. Além de tudo, estavam muito envolvidos em vários negócios do sertão e até mesmo no próprio tráfico ilícito dos índios. Na verdade, este não era um comportamento exclusivo dos missionários do Carmelo. Oscar Beozzo afirma que as diversas ordens religiosas que atuavam na Amazônia envolveram-se, em maior ou menor grau, com o lucrativo comércio do sertão, chegando a tornarem-se “[...] as principais organizações econômicas do Maranhão e Grão-Pará” (1983, p. 47).

As primeiras notícias de Santo Ângelo de Cumaru datam do início do século 18. Dirigida pelo frei Brás de Santa Tereza, a missão carmelita de Santo Ângelo parece ter sido implantada ainda antes de 1720, habitada por índios *Manaus* e *Barés*. As informações – esparsas e incompletas –, dão conta de um estabelecimento inicial no sítio Carabi, acima de Lamalonga, que logo se trasladaria para o sítio da aldeia de Cumaru, situada a apenas 7 léguas de Mariuá. Foi na aldeia de Cumaru que se estabeleceu a missão de Santo Ângelo (PRAT, 1941, p. 36; FERREIRA, 1983, p. 478).

A despeito do relativo silêncio documental, é possível encontrar sinais importantes de que o relacionamento entre índios aldeados e missionários era marcado pela tensão. Afinal, não poderia ser outra a razão que levaria o principal Aduana, dos *Manaus*, a deixar o aldeamento de Cumaru, em 1739, para formar um mocambo, arrastando consigo boa parte da gente aldeada.

Até a implantação da Capitania do Rio Negro (1757), as atividades de Aduana foram particularmente intensas. Ele não se limitou a formar um mocambo; desde então agia constantemente nas proximidades dos outros aldeamentos, funcionando como dreno das povoações recém-estabelecidas no Negro, *fazendo roubos e todas as mais extrações que podem* (MENDONÇA, 1963, p. 845). Mas isso não era tudo. Aduana também estabeleceu alianças políticas de larga escala com outras lideranças indígenas estabelecidas rio acima, como é o caso dos principais Manacaçari, Mabé, Caburé e Ajamari. Mabé (irmão de Manacaçari) também era um cabeça de mocambo, estabelecido junto às cachoeiras, de onde sai a insultar os que pretendem passar para cima ou para baixo dela (MENDONÇA, 1963, p. 845).

A aliança com Manacaçari parecia ser produtiva na medida em que esse principal era a ponte de conexão entre os vários mocambos de índios existentes na região do Negro. Manacaçari foi um dos principais protagonistas do primeiro enfrentamento sofrido pelo governador do Grão-Pará no Negro: tudo por conta de um descimento frustrado, transformado em emboscada e depois em levante que, evidentemente, tinha granjeado para o *aleivoso* principal, a animosidade de Mendonça Furtado que lhe acenava com castigo rigoroso.

Além do mais, o governador tinha notícias seguras de que Manacaçari “se acha ali protegendo todos estes mocambos, e com gravíssimo dano de todas as povoações, não só deste rio, mas das outras que se acham fora dele, porque será rara a de que aqueles mocambos não tenham gente” (MENDONÇA, 1963, p. 845).

Nem sempre a fixação nessas comunidades mocambeiras era definitiva e algumas delas também podiam ser refratárias a novas práticas de descimentos; esse parece ter sido o caso de Aduana. Durante sua viagem pela Capitania do Rio Negro, em 1783, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira afirmou que o lugar de Poiares foi aumentado pelo descimento de Aduana e de sua gente. O principal Sebastião Carvalho que assistia na vila quando da viagem do naturalista, era descendente de Aduana. Não há registro do momento em que Aduana resolveu rever sua estratégia política, mas não deixa de ser interessante notar que, ao descer, ele passou de “aleivoso” e “cabeça de mocambo” para um respeitado principal que garantiu, inclusive, o posto a seus descendentes (FERREIRA, 1983, p. 479).

Essa revisão de estratégia política não era exclusiva dos mocambeiros do Negro. Nessa direção, em 1760, chegaram notícias de que o governador Mello e Póvoas considerava alvissareiras vindas das povoações de Olivença, Nogueira, Ega e Alvelos nas quais vários desertores vindos dos mocambos existentes no Solimões recolhiam-se àqueles lugares (PÓVOAS, 1983, p. 223-5).

A história do lugar de amocambados parece terminar por aqui, mas a pergunta subsequente é inevitável. O que há de novo nessa conjuntura que favoreceu a mudança de estratégia das lideranças indígenas que resolveram abandonar o confronto pela negociação? Se há algo novo no cenário político, sem dúvida, parece estar sinalizado pela implantação da política pombalina.

Política pombalina na Amazônia: a implantação do governo no rio Negro

A criação da Capitania do Rio Negro em 1755 é um desdobramento dos reordenamentos políticos metropolitanos. Em 1750, iniciou-se o processo de implantação da política reformista do marquês de Pombal, dirigida na região pelo seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado governador em 1751.⁴

Política polêmica, as reformas pombalinas da segunda metade do século 18 baseavam-se, *grosso modo*, nos princípios da Ilustração. Assim, de suas linhas mais gerais, podemos destacar o fortalecimento do poder da Coroa, o incentivo às práticas agrícolas e mercantis e a redução do poder da Igreja. Na Amazônia portuguesa, as linhas desse programa de trabalho apresentaram algumas especificidades: a penetração mercantilista do Estado nas atividades econômicas – com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão –; o estímulo oficial à miscigenação visando o crescimento demográfico; e, por fim, a questão indigenista (BELOTTI, 1994, p. 645-8).

A essa altura, o Estado do Grão-Pará e Maranhão possuía sua economia apoiada no uso do trabalho compulsório dos índios, garantido pelos instrumentos legais de escravização e, até aquele momento, sob controle missionário. Na aplicação das novas disposições políticas, de importância estratégica, era a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus. Essa medida foi tomada após a secularização das missões e a declaração da lei de “Liberdade dos Índios”.

Essa última ação fez recrudescer a polêmica em torno da questão da mão-de-obra, ponto que sempre se constituiu em um crônico problema para a administração portuguesa na região. É certo que a ambigüidade da legislação quanto à liberdade ou escravidão dos índios marcou todo o período anterior à implementação da política pombalina, entretanto, neste novo marco, o esforço de portugalizar a

⁴ Para abordagem da política pombalina, um trabalho clássico é Falcon, F. *A época pombalina*. Além deste, ver Azevedo, J. L. *O marquês de Pombal e sua época*, e Maxwell, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Quanto à relação entre miscigenação e crescimento populacional, lembro que esse é o argumento formal da Coroa. Na verdade, não havia a menor necessidade de “estimular” a miscigenação que corria solta. A diferença é que se institucionaliza uma política de premiação para os casamentos mistos e isso, de certo modo, demarca uma fronteira específica para as ações que já vinham ocorrendo.

região passaria agora não só pela garantia da liberdade dos vassallos de Sua Majestade, mas também pela aplicação de um instrumento tutelar das populações indígenas aldeadas: o *Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão*. Implementada em 1758, essa legislação ingeriu nos mais diferentes níveis da vida socioeconômica, cultural e política das populações amazônicas e é considerado como um dos mais ambiciosos instrumentos da política pombalina no esforço de portugalizar a região (MOREIRA NETO, 1988, p. 20).

A Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi criada exatamente nesta conjuntura. A sede escolhida foi Mariuá, elevada à Vila de Barcelos em 1758. Saudando a criação da Capitania em carta a Pombal, Mendonça Furtado sublinhou importância do novo estabelecimento para reforçar os reais domínios naqueles sertões:

[que] nunca serviu de outra coisa mais do que asilo de celerados que aqui faziam quantas atrocidades se pode imaginar, dando-se sempre uma dificuldade grande para se evitarem aquelas desordens; porque, além de em muitas delas, serem seus autores bem apadrinhados, a larguíssima extensão deste imenso país não permitia que se dessem as eficazes providências que eram precisas para as evitar (MENDONÇA, 1963, p. 707).

À época da chegada do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1754, o rio Negro era uma área de aldeamentos predominantemente *Manaus*, população identificada pelos administradores coloniais pelo seu espírito rebelde e altamente belicoso. Também era uma área com cerca de 50 anos de ação missionária carmelita, o que nos sugere que as populações indígenas que habitavam o curso do rio Negro já tinham experimentado todas as faces do processo da conquista: da espada à cruz, com todas as feridas ainda abertas.

Só para dar a medida do clima latente de enorme tensão na região, se retomamos as revoltas e rebeliões no rio Negro na segunda metade do século 18, é suficiente registrar que as mais freqüentes nas fontes referem-se a aldeamentos *Manaus*. Esse dado não é desprezível. Afinal, tratamos de uma população que sofreu

intensamente os efeitos de uma “guerra justa” na primeira metade do século 18 e também passou pelos processos de descimento para vários dos aldeamentos existentes no rio Negro (SWEET, 1974).

A presença do governador significava também a chegada das tropas das Demarcações relativas ao Tratado de Madri (1750), com suas inúmeras tarefas e exigências de abastecimento de víveres e mão-de-obra, também não contribuía muito para melhorar esse quadro. Só para dimensionar o impacto causado pela chegada das Demarcações, esclareça-se que a comitiva de Mendonça Furtado era composta por 1.025 pessoas embarcadas em 23 canoas, sem contar as canoas de pescarias (MENDONÇA, 1963, p. 631).

Reiterando um conjunto de estratégias coloniais, as fronteiras do rio Negro passariam a conviver, de forma mais sistemática, a partir da segunda metade do Setecentos, com a instalação de fortificações e a criação/revitalização de novos estabelecimentos coloniais. A implantação de um governo na região, subordinado a Belém, faz parte de um conjunto de ações administrativas, com forte caráter estratégico-militar e, até o final do Gabinete pombalino, serão construídos na região vários fortes que cobrirão as áreas de fronteira (REIS, 1993, p. 57-8).

Porém, em que pese as disposições do novo Tratado de Limites e a necessidade de assegurar a soberania portuguesa na região, é impossível descartar nesse processo de criação da Capitania a importância do rio Negro como área prioritária de abastecimento de mão-de-obra – situação essa que remota ao início do século 18. Também é possível incorporar a esse argumento a questão referente às próprias características de reprodução interna da economia regional, estreita (mas não exclusivamente) vinculada à extração de produtos florestais que compunham a maior parte das exportações regionais do período.

Assim, entre 1757 e 1798, os esforços da administração portuguesa na região para executar, minimamente, as disposições do projeto pombalino, passariam pelo reforço militar às áreas de fronteira com a criação de fortificações e pelas inúmeras tentativas de consolidar tanto a produção de alimentos quanto à coleta de *drogas do sertão*, pelo estabelecimento das populações indígenas através dos descimentos, buscando, com isso, criar ao mesmo tempo “vassalos” e “muralhas” nos sertões.

O novo governo instalado no rio Negro teve várias ordens de conflitos para gerenciar e acomodar, quando isso foi possível. Para tanto, recorrerão a um conjunto de práticas já suficientemente testadas em outras áreas coloniais: o recurso à catequese, o emprego da força e das justiças, o estímulo à hierarquização interna das populações através de uma política de distinções e privilégios às lideranças indígenas. Esses e outros recursos mais pontuais sofreram modificações significativas. Projetos diferenciados colocados em confronto, necessariamente, ambos saem modificados. Ainda que esta seja uma situação de *condição colonial*, tal como definiu Alfredo Bosi, ela não é inevitavelmente assimétrica. Pelo menos, não o tempo inteiro (1992, p. 26-7).

Nos confrontos e embates do cotidiano no rio Negro colonial, experimentou-se da força à aliança, da dissimulação à deserção, da sabotagem à traição, da submissão à guerra. Não poderia ser diferente. Como assinalou Márcio Meira (1997), “essas populações, ao transformarem a própria colonização, mesmo em condição de subordinação militar, religiosa e econômica, transformaram-se a si mesmas e, deste modo, resistiram”.

Construindo Poiares sobre Cumaru

Acompanhando as diretrizes da política pombalina, aldeias missionárias foram elevadas à categoria de povoações e tiveram suas denominações portuguesizadas. É assim que Cumaru foi transformado em lugar de Poiares em 1758 e isto significava que era mais uma povoação que viveria sob a égide do *Diretório*.

Tratava-se de uma legislação com grande espectro de abrangência: proibiu o uso da língua materna e também do *nbeengatu*, tornou obrigatório o uso de sobrenomes portugueses, obrigou a construção de moradias no estilo europeu. Do ponto de vista econômico, deu ênfase à agricultura de exportação (café e tabaco), mas também aos cultivos alimentares. Estimulava o “comércio dos sertões”, liberando-o em todas as povoações e padronizando pesos e medidas. As localidades próximas ao mar ou rios deveriam dedicar-se às feitorias de salgas de peixe destinados ao comércio; naquelas onde havia disponibilidade de cacau, salsa ou cravo, os índios deveriam ser conduzidos para sua extração.

Quanto à administração dos núcleos laicizados, as ações seriam mais incisivas e a figura dos diretores – executores imediatos dessa política – teria um papel-chave para mediar as relações entre os principais, índios aldeados, colonos e a própria Coroa. Eram nomeados pelo governador e deveriam ser *dotados de bons costumes, zelo, prudência, verdade e ciência da língua*. Além de intermediários nas transações mercantis entre índios e moradores, seriam eles os responsáveis pelo controle dos aldeamentos, da coleta dos dízimos, pelo fluxo de trabalhadores para os particulares, para o serviço do Comum, para o Serviço Real e para as expedições de coleta de drogas do sertão, recebendo por este trabalho cerca de 16% do que fosse coletado e produzido, excluída a produção de subsistência. Poiares também logo teria um diretor de índios, investido de todas essas funções.

Em menos de 20 anos, Poiares já apresentava diferenças importantes. Quando o ouvidor Sampaio passou em correição pelo lugar, descreveu-o como já habitado por moradores brancos bem estabelecidos e muitos índios, entre eles, os *Pasés* descidos do Japurá. As casas estavam em bom estado, ainda que a igreja estivesse em ruínas. Produzia-se café em fazendas rentáveis, para os padrões da Capitania. Os índios aldeados compunham a esmagadora maioria da povoação; das 570 pessoas que ali residiam, eles representavam 89%. O restante era composto pelos homens livres, 7% e pelos escravos, 4%. Além do café, em Poiares, também se cultivava cacau e tabaco. Também possuía uma boa canoa destinada para o negócio do sertão e nele eram empregados 25 índios (SAMPAIO, 1985, p. 107).

Poiares impressiona bem o ouvidor pela sua situação, pela diligência do diretor Pedro Faria e pelos resultados da sua produção. Ele não deixa de ter uma certa razão quanto a esse aspecto: utilizando seus próprios registros, os números anotados para Poiares permitem situá-la em 3.º lugar no conjunto das outras povoações da Capitania, abaixo apenas de Barcelos e Thomar. Poiares também era a quarta povoação da Capitania em termos populacionais. Também é interessante o número de escravos existentes no lugar: apenas as vilas de Barcelos e Silves possuem mais escravos que Poiares. Se comparados apenas com o número de 39 habitantes livres residentes no local, os 23 escravos representam 37% da população.

A situação de Poiares, nas proximidades de Barcelos, parecia explicar o seu relativo sucesso. Os moradores da capital tendiam a investir ali os seus cabedais na

formação de suas propriedades. Acrescente-se ainda a disponibilidade de trabalhadores materializada em uma significativa presença de índios aldeados e também a qualidade das terras para a agricultura.

Porém, na passagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786, a conjuntura já é diversa. A primeira imagem do lugar são as casas do principal dos *Barés*, Clemente de Mendonça e dos *Manaus*, Sebastião de Souza, e ainda a casa do *abalizado* João de Mendonça. Via-se imediatamente o curral de gado dos moradores. No centro da povoação, estava a modesta Igreja de Santo Ângelo e, ao seu lado, ficava a residência do vigário. Próxima, estava a casa do diretor, anexa ao armazém da povoação. Os moradores brancos possuíam 3 casas e aquela que pertencia ao homem mais rico da Capitania, o negociante José Antônio Freire Évora, era a mais arruinada. As casas dos índios somavam cerca de 40 (FERREIRA, 1983, p. 473).

A produção agrícola apresentava resultados mais modestos. Os moradores, brancos e índios, dedicavam-se principalmente ao cultivo da mandioca e do café e, secundariamente, do cacau, tabaco, cana, milho e arroz, mas em quantidades inferiores àquelas registradas em 1775. As experiências locais com o cultivo de anil não tinham dado bons resultados porque, mesmo com a concessão de trabalhadores exclusivos para o trato do produto, os moradores que haviam recebido tal privilégio, desviaram os índios para outras tarefas. Existia também uma pequena produção de mel e aguardente. O comércio de drogas do sertão também havia se reduzido.

Os dados populacionais indicam uma acentuada diminuição: em 11 anos, Poiares perdeu cerca de 30% de sua população. As razões desse decréscimo são atribuídas a uma forte epidemia de sarampo e também à frequência das incursões dos *Mura* nas proximidades. Além das mortes, a epidemia também provocou uma série de fugas do núcleo na tentativa de escapar ao contágio (FERREIRA, 1983, p. 480).

Ano	Qualidade →	Branco	Índios	Escravos	Total
1775		39	508	23	570
1786		23	366	15	404

Fonte: Os dados de 1775 estão em Sampaio, 1985, Mapas n. IV e VI. Quanto aos do ano de 1786, ver FERREIRA, 1983, p. 491.

A vida cotidiana em Poiares ainda era tensa. Um grande incêndio ocorrido no armazém da povoação também serviu para desnudar os antagonismos ali latentes. Aparentemente, o episódio tinha sido acidental. Durante a noite do dia 20 de setembro, o vigário de Barcelos havia chegado a Poiares e ficou hospedado na casa do diretor Pedro Faria. Como Pedro estava cuidando de suas roças, deixou a cargo do padre o cuidado de sua casa e a vistoria de alguns índios que ali realizavam um serviço. O padre saiu pela povoação para uma visita breve aos paroquianos e deixou os índios sozinhos (FERREIRA, 1983, p. 475-6).

Quando retornou, o armazém ardia em chamas, perdendo-se as farinhas, o cacau, café, a salsa e os potes de manteiga do diretor, de Bento do Rego e João Manoel Rodrigues. Perdeu-se também a pólvora, o sal e o chumbo da povoação. O armazém e as casas vizinhas foram completamente destruídos. A casa do diretor também queimou e sua família perdeu a maior parte das roupas, jóias, móveis e utensílios domésticos. Um dos índios disse que a causa foi “uma luz acesa nas proximidades de um pau de breu”.

A maior parte dos moradores brancos culpou o padre, aguçando a animosidade já existente com relação a ele. A devassa, movida pelo ouvidor, chegou à conclusão de que “não houve malícia, mas sim descuido”. Ainda que Ferreira não forneça os termos da devassa, é interessante resgatar o fato de que o diretor Pedro Faria foi o principal prejudicado no incêndio. Ele já era, a essa altura, diretor de Poiares há 13 anos. Era morador do lugar, casado com uma índia e considerado como “um bom diretor”. Evidentemente, para que se mantivesse por tanto tempo no cargo, era fundamental que soubesse lidar bem com os principais da povoação. Contudo, isso não o isentava de eventuais animosidades, inclusive por conta de portarias de concessões de índios que tivessem ferido suscetibilidades locais.⁵

⁵ Talvez não apenas por coincidência, outro grande prejudicado com o incêndio do armazém foi o ex-diretor Bento José do Rego. Não seria a única vez que os índios tratariam de resolver suas questões diretamente. É o caso, por exemplo, dos dois prisioneiros enviados a Belém pelo ouvidor Pereira da Costa, em 1762, culpados pelo assassinato de um índio que tinha ido à suas roças para avisar que tinham sido concedidos em portaria pelo governador. APP, Códice 54, Doc. 96, 29/3/1762.

Os moradores brancos, por outro lado, não descartavam a intervenção do vigário de Barcelos no episódio. Ferreira faz questão de registrar que o vigário não tratava seus fregueses com “o devido afeto e respeito”, indicando que o incêndio expunha contradições muito mais amplas que se podia inferir no momento.

Poiares: poderes, políticas e segredos

O ouvidor Sampaio, em 1775, registrou uma peculiaridade acerca da denominação do lugar: os índios chamavam a situação de *Jurupari-Puracé-Rendana*⁶, indicando a presença de manifestações culturais que a cristianização e a colonização eram incapazes de apagar. Quando de sua correição, havia na povoação 3 principais e 3 oficiais índios que participavam da administração local. Esse é um dado importante e que nos possibilita observar melhor os influxos da política colonial e suas transformações.

A presença dos índios na administração colonial remete ao um lento processo de formação de hierarquias internas nas povoações que veio a consolidar-se no século 18. As disponibilidades geradas pela concessão das patentes militares, pela eleição para os postos e cargos das Câmaras, pela indicação para os empregos como meirinhos (*bariquaras*)⁷ e cabos de canoas dos povoados observadas no cotidiano das vilas pombalinas, deixam entrever a densidade das articulações políticas e negociações internas em curso que, não necessariamente, passavam pelo uso da força e da coerção de diretores.

De acordo com as determinações legais, a política colonial empregava uma estratégia de favorecimento das lideranças indígenas, facilitando a formação de

⁶ Em *nheengatu*, significa literalmente “lugar de dança do Jurupari”. Essa divindade tupi reunia elementos característicos tanto do bem quanto do mal. No entanto, por influência da catequese cristã católica, Jurupari (*jurupari* = boca + *pari* = o tapume, o que fecha; portanto, “boca fechada, segredo”) passou a representar a figura do diabo. Informação prestada pelo prof. Auxiliomar Ugarte.

⁷ *Meirinho*: “antigo oficial de Justiça que tinha direito de prender, citar, penhorar e de executar outros mandatos judiciais, e que corresponde ao atual oficial de diligências; beleguim.” Cf. MORAES Silva, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed., v. VI, Ed. Confluência.

hierarquias indígenas. Os principais e oficiais índios eram distinguidos com honrarias e privilégios, extensíveis à sua família. Podiam ocupar cargos na estrutura de poder local, enviar índios na canoa destinada à coleta de *drogas do sertão* para realizar a coleta para si, eram isentos da repartição para o trabalho e deveriam ser ouvidos nas decisões relativas à localidade tais como a construção de edifícios públicos e eleição de cabos de canoa. Por contrapartida, deveriam cuidar de promover constantes descimentos de novas populações para aumentar as localidades coloniais.

O descimento era a estratégia indicada para a ampliação demográfica das novas vilas e lugares e isto estava expresso nas determinações do Diretório. Essa era a chave de sua disponibilidade para a execução dos projetos coloniais; se falhavam os descimentos, comprometia-se o projeto como um todo. E porque falhavam? Aqui residia uma das maiores angústias dos administradores coloniais. Várias eram as causas. Contudo, tanto o seu recorte quanto o grau de sua intensidade refletiam, em larga medida, o lugar do observador que os selecionava. Para os ouvidores, o maior problema residia nos inúmeros abusos de diretores e governadores, desrespeitando o Diretório; para os diretores, nos inúmeros “arranjos” que eram compelidos a aceitar e negociar com os principais índios e abalizados para a obtenção dos trabalhadores.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira asseguraria que as vilas e povoações eram, na verdade, “ducados e marquesados dos diretores, onde os índios sofrem atados à cruel coluna dos sofrimentos”. Em 1797, interessadíssimo em abolir o Diretório, o governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, não teria dúvidas em chamá-los de tiranos senhores absolutos dos índios.

Com tantas atribuições concentradas em um único funcionário colonial, não é estranho que todas as críticas às falhas e descaminhos do Diretório sejam a eles atribuídas. Evidentemente, não se trata de negar que esses funcionários, muitas vezes, utilizaram-se das prerrogativas que as leis (e também a distância delas) lhes asseguravam e, a esse respeito, são inúmeros os exemplos. A questão, contudo, reside no fato de que uma política desse alcance não poderia ser considerada fracassada apenas pela falta de homens capacitados para sua execução como já quis argumentar toda uma historiografia.

Como bem advertiu Barbara Sommer (1997), é preciso cautela na observação da política interna das povoações pombalinas e também na articulação das bases de sustentação política dos principais e oficiais no contexto dos aldeamentos por eles administrados. Em vários momentos, os principais irão valer-se de suas bases de poder para tentar estabelecer limites às ações de diretores. Essas estratégias podem assumir formas variadas que vão desde o confronto direto – a rebelião; passam pela recusa e pela simulação; incluem a negociação e a barganha, sem excluir o recurso à autoridade superior colonial e, em alguns casos, até os ouvidos reais. Se nem sempre essas tentativas eram bem-sucedidas, ao mesmo tempo, elas não eram obrigatoriamente fracassadas. Em muitos casos, as lideranças indígenas, solidamente fundadas sobre suas redes de parentesco, estabeleceram limites concretos à ação indiscriminada desses funcionários reais, obstaculizando, no limite de suas possibilidades, o acesso ao trabalho de seus próprios “vassalos”⁸.

A *ausência* era uma dessas estratégias e se constituía em uma das mais eficazes empregadas pelas populações aldeadas na defesa de seus propósitos. Retirar-se do núcleo colonial e aguardar o curso dos acontecimentos em um mocambo ou mesmo ao abrigo de outra povoação era um comportamento comum entre os índios aldeados. Podiam ser individuais e também coletivas, as *ausências* eram uma tática de recusa explícita. Elas representaram, na prática, um limite importante na convivência cotidiana no âmbito das povoações, colocando diretores em difícil situação para atender as demandas de mão-de-obra e até mesmo para manter sua integridade física.

Se se considerar a ausência articulada a partir das lideranças residentes e não apenas como uma estratégia individual, observa-se que no caso de principais e oficiais índios, existem indicações quanto à sua longa permanência nos respectivos cargos em comparação a rotatividade de diretores. Em Poiares, como já observamos até aqui, está-se lidando com uma hierarquia indígena relativamente longa. Clemente de Mendonça já era principal *Baré* na povoação em 1766 e a família de Sebastião de Souza vinha exercendo o principalato dos *Manaus* desde o descimento de Aduana.

⁸ Quanto às guerras e rebeliões indígenas, ver SANTOS, F. J. *Além da conquista*. Manaus: EDUA, 1998. Quanto às diferentes faces das políticas indígenas, ver Sommer, B. *Negotiated settlements: native Amazonians and portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Phd Thesis – University of New Mexico, New Mexico, 2000 e SAMPAIO, P. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, 2001.

Enquanto isso, os diretores já somavam oito, dos quais, o mais duradouro era Pedro Faria que, ressalte-se, era casado com uma índia da povoação, o que permite supor que tenha sido integrado às redes de parentesco preexistentes, mas também arcando com as eventuais afinidades e rivalidades decorrentes dessas alianças parentais.

Acrescente-se ainda o fato de que a população de Poiares havia recebido novos contingentes de índios: os *Passés*, vindos do Japurá. A despeito do que se possa pensar a princípio que a povoação pombalina “dissolvia” as diferenças étnicas existentes, as pesquisas revelam que elas se mantinham e mesmo recrudesciam no interior dos núcleos coloniais. Mesmo que não estejamos lidando com etnias que mantenham rivalidades históricas, é necessário ponderar que a chegada de novos contingentes – sejam eles quem for – obrigava a rearranjos políticos internos que não estavam isentos de tensões e contradições.

A formação e consolidação das “hierarquias indígenas”, tal como aponta B. Sommer, parece ser um dos grandes resultados da política do Diretório e, em certa medida, “[...] os oficiais absolutos e os ausentes recalcitrantes são símbolos da relativa independência e não homogeneidade dos protagonistas na interface dinâmica da política indigenista e da política indígena” (1997, p. 19).

Observando o contexto mais amplo, o que pode perceber-se claramente é que o projeto de civilização pombalino foi modificado por conta das condições coloniais de sua aplicação e pela intervenção direta dos personagens desse mundo, fossem considerados como agentes de execução, fossem vistos como objetos dessas intervenções civilizadoras. Acompanhando as conclusões de B. Sommer, ao final, o impedimento central para os projetos coloniais na Amazônia foi o simples fato de que seus habitantes tinham suas próprias prioridades. No limite, isso significa que a maior modificação resultante das intervenções das populações nativas sobre a legislação pombalina foi a sua própria extinção.

Deserções e ruínas no final do século 18

Após a abolição do Diretório e sua substituição por uma nova política indigenista implementada pela carta régia de 1798, é possível perceber mudanças

importantes nas povoações. Em primeiro lugar, cresceu em relevo o papel das Câmaras locais no controle dos índios residentes nas povoações. Cabia às Câmaras reconhecer e autorizar duas das três modalidades legais para obtenção de mão-de-obra: o registro dos *termos de educação e instrução* e a concessão de índios alistados no Corpo Efetivo de Serviço – os chamados *Ligeiros*.

Também relevou o papel desempenhado pelas milícias coloniais, ampliadas em função de uma conjuntura internacional conflituosa, que levou a uma política de alistamento sistemático e à criação de novas tropas para reforçar as defesas das fronteiras.

A mudança da legislação indigenista promoveu, de imediato, um processo de saída dos núcleos coloniais. Livres da tutela dos diretores, era possível recuperar a mobilidade e daí a saída das povoações, estratégia especialmente usada por populações descidas recentemente.

Contudo, a conjuntura no Negro era complexa. A possibilidade aberta pela carta de 1798 de que os particulares podiam descer os índios, bastando para isso registrá-los na Câmara, com o *termo de educação* e também a implementação de formas violentas de recrutamento para as tropas ou para os trabalhos reais na Capitania, colocadas em prática pelos novos administradores do Negro (*agarrações*), contribuíram muito para que as populações desertassem dos núcleos coloniais.

A leitura dos livros das Câmaras deixa entrever as preocupações reiteradas da administração com o esvaziamento progressivo das povoações. É certo que, nos sertões, as saídas dos índios tinham mais a ver com o incremento das *agarrações* em curso na Capitania. Essa é uma constatação comum a vários informantes como é o caso do morador de Moreira (Rio Negro), Manuel da Costa Gama. Diz este, em 1822, que tanto a vila de Barcelos, quanto Moreira, estavam em grande ruína de moradores, desde a mudança da sede da Capitania para a Barra (1808). Mais do que a mudança de moradores e suas respectivas famílias, muito contribuíam para o decaimento daqueles lugares as constantes mudas de índios que, semestralmente, requisitavam-se dali. Muitos dos índios requisitados acabavam desertando para a Capitania do Pará ou formando mocambos, “refugiados em sítios”.⁹

⁹ IHGB – Lata 356, Doc. 24. *Plano que faz o morador do Lugar de Moreira, Manoel da Costa Gama*. 11/4/1822.

Comentário semelhante fez o pe. André Souza ao avaliar as últimas administrações coloniais. Pelo seu relato, percebe-se que o clima de apreensão das populações do rio Negro era permanente devido aos abusos de autoridade de todos os governadores desde 1801 até 1820, destacando-se o recrudescimento dos apresamentos dos índios, a cobrança exacerbada dos impostos, a sobreposição dos poderes e as indisposições com as Câmaras municipais, além do uso indevido das rendas reais. O resultado dessas gestões, para Souza, era a extrema pobreza dos moradores do rio Negro e, em segundo, o estado “pisado e acabrunhado” do vassalo tapuio, apesar de todos os “esforços que Suas Majestades Fidelíssimas tenham feito por favorecê-los” (SOUZA, 1848, p. 476).

Em 1821, é a vez da Junta Provisória do Negro, sob a presidência de José de Brito Inglês, diagnosticar que uma das causas fundamentais do incontrolável decaimento do rio Negro, pelo definhamento de “suas forças vitais que são a agricultura e o comércio”, é a questão dos milicianos *ligeiros* – crônica em todo o Estado do Pará.

Na condição de trabalhadores preferenciais e recrutáveis para os serviços públicos e particulares, os *ligeiros* sofriam com a excessiva jurisdição das autoridades militares sobre eles. No rio Negro, a Junta avaliava que isso se tornava ainda mais grave, porque além de provocar a deserção, a extensão indiscriminada do tempo de serviço obrigatório prejudicava o trabalho particular dos *ligeiros* e daí decorria o decaimento da agricultura e do comércio que esses mesmos indivíduos deveriam dedicar-se nos intervalos do serviço real/nacional¹⁰.

A junta propõe-se a cortar o mal pela raiz: ordena o recolhimento de todos aqueles que estivessem distribuídos para quaisquer que fossem os serviços e que todos os comandantes seriam responsabilizados se os milicianos fossem designados para atender outras demandas que não a do serviço nacional. Não parece ter conseguido muito nessa direção; dias depois, faz circular recomendações semelhantes àquelas feitas pelo conde dos Arcos em 1803: enquanto não estivessem no serviço real, estavam sujeitos apenas às autoridades civis¹¹.

¹⁰ IHGB – Lata 287, Livro 2, p. 15-17, 16/3/1821.

¹¹ IHGB – Lata 287, Livro 2, p. 17 e v. 18, 24/3/1821.

As discussões que mobilizam as autoridades em função dos milicianos estavam relacionadas com os novos reordenamentos do poder, em nível local, acentuando-se a capacidade de ingerência das Câmaras no controle dos trabalhadores. As disputas entre os diversos níveis das autoridades civis e militares dão conta de que, permanecendo como mão-de-obra fundamental, o controle dos índios continuava sendo o principal motor das disputas, ainda que no contexto de uma nova legislação indigenista, bem como de toda uma nova conjuntura política.

Não é improvável que a Junta de 1821 tivesse certa razão quanto assegurava que o decaimento do rio Negro devia-se, parcialmente, à opressão dos milicianos. Certamente, essa deve ter sido uma conseqüência importante da inegável pressão a que essas populações estavam submetidas, mas não se deve descartar dessa avaliação, que o esvaziamento das povoações era, antes de tudo, uma decisão que só cabia aos índios.

Refazendo destinos: Poiares no século 19

Os sinais da ruína de Poiares já são visíveis aos olhos dos viajantes no início do século como é o caso de Spix e Martius, naturalistas alemães que realizam uma extensa viagem pelo Brasil, entre 1817 e 1820. Descrevem Poiares como uma

outrora florescente povoação principal da Província do Rio Negro, [que] hoje apresenta somente a ruína dos edifícios pertencentes ao Estado e, ao todo, não mais de algumas centenas de habitantes, tanto a devastaram as contínuas febres intermitentes (1981, p. 264).

O relato do padre André Fernandes de Souza (1848), baseado em seus 37 anos de trabalho na Capitania, também não é menos preocupante. Sem pároco há vários anos e assolada pelas febres desde 1814, acha-se muito decaída de gente. A decadência de Poiares, na leitura do padre, também foi uma decorrência da transferência da capital de Barcelos para a Barra, no início do século 19. Depois dessa transferência, decaíram Barcelos e também as suas povoações anexas: Poiares e Moreira.

Escrevendo em 1823 uma memória sobre a Capitania, o padre José Maria Coelho corrobora a ruína de Poiares, com seu peculiar estilo telegráfico:

As nações Manau, Baré e Passé foram seus fundadores antigamente. 1.830 fogos e 1.500 arcos ou homens capaz pela guerra, hoje 9 casas caídas, os habitantes moram nos seus sítios 2-3 dias de jornada distantes. Algodão – Tabaco – Mandioca – Castanheiras – Gado vacuum puro – só juiz de paz e meirinho moram nesta vila (1949, p. 126).

A descrição feita por Antônio Baena não é diferente: um lugar antes densamente povoado e hoje (1835),

patenteia um painel de 10 casas palhaças circunfusas de uma Igreja de palha com paredes desaprumadas e desbranqueadas, e um mato denso clausurando em seu colo inúmeras laranjeiras, limoeiros, bananeiras, castanheiras e outras árvores que são outros tantos monumentos de habitáculos inexistentes. O mesmo acontece com o gado vacuum que ali cresceu pelos bons pastos e que está sendo morto a tiro pelos viandantes que dele se aprovisionam sem estorvo de ninguém (1840, p. 425-7).

Com esse quadro, não há surpresas quando a Câmara de Barcelos reuniu-se em 20 de janeiro de 1834, para tomar conhecimento do ofício do presidente da Província do Pará, onde participava que Poiares, por sua incapacidade, perdera a categoria de freguesia (REIS, 1934, p. 118). A trajetória da já centenária povoação colonial, que se situava a 7 léguas de Barcelos, encerrou-se oficialmente neste ponto. Sem o predicamento de freguesia, tecnicamente, ela não mais existia e sua população deveria ser incorporada por outra. Em 1845, João Henrique de Matos fez um balanço geral da decadência do rio Negro. Pelos seus dados, das 32 povoações existentes em 1758, restavam apenas 18. Desapareceram várias. Na sua lista, está Poiares, já desaparecida do mapa do Império (MATOS, 1979, p. 146-7).

Contudo, não parecia ser esse o desejo de sua já diminuta população. Em algum momento, entre 1834 e 1835, eles empreenderam uma longa jornada de 300 km rio abaixo e se estabeleceram em um novo local: na margem direita do rio

Negro, entre Manaus e o Jaú, 28 léguas acima da confluência do rio Negro. Como registrou Lourenço Amazonas, durante algum tempo, os seus moradores, descendentes de *Manaus*, *Barés* e *Passés*, ainda manteriam a antiga denominação de Poiares (AMAZONAS, 1982, p. 60).

Distribuídos em 30 fogos na *morada nova*, seus 228 habitantes plantavam café e algodão, teciam redes e panos de algodão, pescavam, extraíam salsa, breu e madeira para marcenaria, além de manipular manteigas e azeites. Desses, 28 eram brancos, 50 mamelucos, 150 índios e não há mais registro de nenhum escravo. Se comparados com os números do ouvidor Sampaio, em 65 anos, a população de Poiares reduziu-se em 60%.

Não foi possível determinar, com precisão, quando a velha Poiares passou a denominar-se Tauapessassu – a nova morada. Apesar dessa lacuna, não restam dúvidas de que se trata da mesma localidade. É possível que a mudança de nome tenha ocorrido quando da implantação da Província do Amazonas (1852) e da nova distribuição dos termos e freguesias subordinadas. Nesse momento, Tauapessassu aparece como uma das freguesias ligadas ao termo de Manaus e, em 1856, já registrava uma população de 566 pessoas.

Por fim, é preciso mencionar que, em sintonia com sua tradição “rebelde”, a população de Tauapessassu aderiu à Cabanagem e também foi palco de sangrentos embates: lá, os cabanos foram derrotados pelas tropas de Miguel Nunes Benfica, em 1836 (LEONARDI, 1999, p. 98-9).

Considerações finais

Poiares é apenas um exemplo possível da trajetória de uma povoação marcada pela artificialidade e pela transitoriedade. Em certa medida, suas experiências foram vividas, com maior ou menor intensidade, pelas povoações estabelecidas pela Coroa portuguesa ao longo da extensa Capitania do Rio Negro. São artificiais porque foram implantadas sobre as estruturas locais preexistentes e porque tinham sua vida orientada na contramão dos interesses da maior parte de suas populações.

São, por isso mesmo, transitórias inclusive porque essas mesmas populações tinham suas próprias leituras e outros encaminhamentos para seus respectivos destinos.

Nestas circunstâncias, mesmo a prosperidade poderia ser ilusória e efêmera porque dependente dos influxos da estrutura do Estado, de suas demandas e projetos políticos ou econômicos. Os descimentos que alimentavam Poiares e todas as outras povoações, fundamentais para o sucesso do projeto pombalino, faziam crescer os povoados, mas também faziam diminuir os povos. As novas modalidades de culturas implementadas, a despeito do apoio estatal e concessão de privilégios, não avançavam muito porque entravam em choque com o fluxo da vida econômica já estabelecida, orientada para a extração das drogas e também para os processos rotineiros inerentes aos outros cultivos de gêneros. A experiência dos moradores de Poiares demonstra isso; em vez de cultivar o estimado anil, os particulares receberam as sementes, índios e outros incentivos, mas os empregaram em culturas que já dominavam como a mandioca, o café e o cacau. O projeto do Estado fazia água por todos os lados (FERREIRA, 1983, p. 486-7).

Nem mesmo a proximidade da capital – Barcelos, foi capaz de conter o processo de declínio de Poiares anunciado já nos anos de 1780, portanto ainda em plena vigência do Diretório pombalino e muito antes de ser transferida a sede da Capitania para a Barra do rio Negro. Observando esse aspecto, o argumento do morador de Moreira e do padre Souza de que Poiares decaiu porque Barcelos deixou de ser o centro político e econômico do Negro fica frágil e reforça mesmo o posicionamento aqui defendido.

É evidente que a mudança da capital implicou em deslocamentos políticos e econômicos de peso ponderável. Os efeitos da intervenção se fizeram sentir na área de onde antes emanavam as diretrizes políticas da Capitania e onde, aparentemente, havia se concentrado a sua maior dinâmica econômica. Observando esse aspecto, reforçam-se as características de transitoriedade e artificialidade das povoações que subsistiam à sua sombra.

A Poiares criada pelo Estado colonial desapareceu do mapa. Tauapessassu, produto das decisões de seus moradores, sobreviveu até o momento em que novas diretrizes que a transmutariam em Novo Airão vieram sinalizar outras possibilidades de sobrevivência para as populações do rio Negro.

Referências

- AMAZONAS, Lourenço Araújo e. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. [1852] Manaus: ACA/Fundo Editorial, 1982.
- BAENA, Antônio L. M. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Pará: Santos & Menor, 1840.
- BELLOTO, Heloísa L. Marquês de Pombal. In: SILVA, M.^a Beatriz N. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. p. 645-8
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.
- COELHO, José Maria. Memória histórica sobre a Capitania de São José do Rio Negro, escrita em 1823. *Revista do IHGB*, v. 203, abr./jun.1949
- FALCON, Francisco. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.
- FERREIRA, Alexandre R. *Viagem filosófica ao rio Negro*. São Paulo: MPEG/CNPq, 1983.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: Paralelo 15/Editora da UnB, 1999.
- MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o alto Amazonas. *Revista do IHGB*. Brasília; Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1979. v. 325
- MEIRA, Márcio. *Índios e brancos nas águas pretas: histórias do rio Negro*. Belém, 1997. Inédito.
- MENDONÇA, Marcos C. de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3 v.
- MOREIRA NETO, Carlos A. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PÓVOAS, Joaquim M. *Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761):* transcrições paleográficas. Manaus: UFAM/Cedeam. 1983.

PRAT, Fr. André. *Notas históricas sobre as missões carmelitas*. Recife: [s.n.], 1941.

REIS, Arthur C. F. *Manáos e outras villas*. Manaus: [s.n.], 1934.

_____. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: Secult. 1993. 2 v.

SAMPAIO, Francisco X. R. *Viagens do ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA/Fundo Editorial, 1985.

SOMMER, Barbara. *Os Absolutos e os Ausentes: Indigenous Society and a State Policy on the Lower Amazon, 1750-1800*. Encontro da LASA, 20. México, 1997. Comunicação apresentada.

SOUZA, André Fernandes de. Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio das Amazonas. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 12 (4.º trimestre), 1848.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 3.

STRADELLI, Ermanno. Vocabulários da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 158, p. 11-768. 1929. T. 104

SWEET, David. *A rich realm of nature destroyed: the middle Amazon valley. 1640-1750*. Madison: University of Wisconsin, 1974. (Ph.D. Thesis)